
 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31205621916</div>	Código da Natureza Jurídica  <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: MICROSUPPLY LTDA  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
 MGP2100875949

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

BELO HORIZONTE  
Local

6 OUTUBRO 2021  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  

Data
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

<b>DECISÃO SINGULAR</b> <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			____/____/____ Data	_____ Responsável

<b>DECISÃO COLEGIADA</b> <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
	Presidente da _____ Turma			

**OBSERVAÇÕES**


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8844659 em 13/10/2021 da Empresa MICROSUPPLY LTDA, Nire 31205621916 e protocolo 217219241 - 08/10/2021. Autenticação: 7A93892AC7C6BAEB19AF7CD8D781C904D2A9537. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/721.924-1 e o código de segurança EQWd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETARIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/721.924-1	MGP2100875949	07/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
297.540.976-15	JOSE CARLOS ANTUNES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**MICROSUPPLY LTDA**  
**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 03.048.100/0001-86**  
**NIRE: 3120562191-6**

**JOSE CARLOS ANTUNES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 02/08/1957, analista de sistemas, portador da cédula de identidade M – 1172572, expedida pela SSP/MG e CPF nº 297.540.976-15, residente e domiciliado à Rua Caraça, n.º 211, Apto 1802, Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.220-260 e,

**LUCIANA PAULA MAIA ESPINDOLA ANTUNES**, brasileira, casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 27/12/1964, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade M 2.247.840, expedida pela SSP/MG e CPF nº 555.540.086-15, residente e domiciliado à Rua Caraça, n.º 211, Apto 1802, Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.220-260.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, “**MICROSUPPLY LTDA**”, inscrita no CNPJ sob o nº 03.048.100/0001-86, devidamente registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE 3120562191-6, em 22/02/1999, resolvem de comum acordo, alterar o referido contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente aceitam, assinam e outorgam, a saber:

**MODIFICAÇÕES:**

**I – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade terá por objeto social o ramo de comercio, manutenção e representação de equipamentos de informatica e eletronicos diversos e a comercialização de softwares.

**II – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE**

A sede da sociedade é transferida para Avenida Afonso Pena, nº 3355, Andar 11, Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-008.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA I - DA NATUREZA E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade continua sendo de natureza Empresária, sob a forma limitada, com o nome empresarial de “**MICROSUPPLY LTDA**” e expressão de nome fantasia **MICROSUPPLY**.

**CLÁUSULA II - DA SEDE**

A sociedade é sediada na Avenida Afonso Pena, nº 3355, Andar 11, Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-008.



### **CLÁUSULA III - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

A sociedade iniciou suas atividades em 22/02/1999 e o prazo de duração é indeterminado.

### **CLÁUSULA IV - OBJETO SOCIAL**

O objeto social da empresa é o ramo de comercio, manutenção e representação de equipamentos de informatica e eletronicos diversos e a comercialização de softwares.

### **CLÁUSULA V - DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social continua sendo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 cotas no valor de R\$ 1,00 (Hum real cada), totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído:

SÓCIOS	Nº COTAS	VALOR R\$	%
JOSE CARLOS ANTUNES	45.000	R\$ 45.000,00	90
LUCIANA P. MAIA ESPINDOLA ANTUNES	5.000	R\$ 5.000,00	10
TOTAL	50.000	R\$ 50.000,00	100

§ 1º. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital.

§ 2º. Estando totalmente integralizado o capital social, os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, sendo vedado aos sócios e administradores o uso da sociedade ou de sua denominação social para finalidades estranhas aos interesses sociais, tais como avais ou fianças.

### **CLÁUSULA VI - DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS**

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas no todo ou em parte, sem o consentimento do outro sócio, que terá preferência absoluta para adquiri-las em comum ou indicação de terceiro cessionário.

1 – A oferta deverá ser feita pessoalmente ao outro sócio, por escrito, com menção clara do preço e demais condições, cabendo ao destinatário pronunciar-se a respeito no prazo de trinta dias, findo os quais poderá o interessando livremente alienar suas quotas.

2 – A sociedade também poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, após a desistência de todos os sócios, observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou reservas de capital social, devendo utilizar os recursos das reservas de lucros, e estas quotas permaneçam em tesouraria pelo prazo máximo de cento e oitenta dias. Se não forem alienadas neste prazo, a sociedade deverá promover a redução do capital social no montante equivalente ao valor nominal das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucros que originariamente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.



## **CLÁUSULA VII - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade, o uso da denominação social e a representação a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, competirá ao sócio JOSÉ CARLOS ANTUNES, que poderá isoladamente, da mesma forma que subscreve este instrumento, assinar todo e qualquer documento de interesse da mesma, com os poderes e atribuições de representar a Sociedade em juízo ou fora dele, obrigar a sociedade, firmar contratos, abrir contas bancárias, enfim tudo o que for necessário à sua gestão.

1 – Embora autorizado ao sócio, JOSÉ CARLOS ANTUNES, a fazer uso do nome empresarial, fica vedado, entretanto, a sua utilização em atividades estranhas ao interesse social, quais sejam, fianças, avais, endosso e aceite de todo e qualquer título de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas, seja em favor de terceiros.

2 – Será obrigatória, entretanto, a assinatura dos dois sócios, quando se tratar de aquisição, alienação e oneração de bens do Ativo Permanente, superiores a duas vezes o valor do capital social.

## **CLÁUSULA VIII - DA RETIRADA PRÓ-LABORE**

Todos os sócios desde que prestem efetivos serviços à sociedade farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, fixado em reunião entre os sócios, levada a débito de Despesas Administrativas da sociedade.

## **CLÁUSULA IX - DAS FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

## **CLÁUSULA X - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

1 - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os sócios procederão à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

2 – Em Reunião anual dos sócios será decidido o destino dos lucros acumulados, à participação nos lucros dos administradores e empregados, a constituição de reservas de lucros, bem como a sua reversão. Os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social e em conformidade com a determinação da destinação do resultado. Se ocorrer prejuízos, serão eles de igual modo suportados pelos sócios.

3 - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão quando prestarão contas justificadas da administração, podendo ou não as contas apresentadas serem aprovadas.



### **CLÁUSULA XI - DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO**

A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus sócios, podendo com a anuência dos sócios remanescentes ser admitido na sociedade o sucessor detentor da titularidade das quotas patrimoniais.

1 – Em caso de discordância dos sócios remanescentes, no caso previsto no caput, ou no caso de quaisquer sócios utilizar a faculdade prevista no art. 1.029 da Lei 10.406 de 10/01/2002, a sociedade levantará balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias;

Este balanço, ou o do último exercício se dentro do prazo retro, será procedido de uma avaliação técnica de todos os ativos da sociedade, devendo ser observadas na elaboração do mesmo, todas as provisões e reservas admitidas pela legislação fiscal e comercial;

2 – o herdeiro do sócio falecido deverá em quinze dias da apresentação do balanço especial, manifestar a sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações.

Caso não exerça esta faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância dos sócios remanescentes, receberão todos os seus haveres apurados no balanço especial, a que se referiu o item um desta cláusula, em vinte e quatro prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira delas em cento e vinte dias da data do aludido balanço, acrescidas ainda de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

3 – Na hipótese de interdição de qualquer dos sócios, persistira ele no quadro social, cabendo ao curador nomeado substituí-lo em todos os atos, vedados o exercício de cargo de direção sem aquiescência dos outros sócios.

4 – Fica estabelecido que, caso seja apurado prejuízo no balanço especial, este será deduzido dos créditos existentes, proporcionalmente às quotas de cada um dos sócios.

### **CLÁUSULA XII - DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações sociais e modificações do Contrato Social serão por meio de alteração contratual, devidamente registrada no órgão de registro.

**Parágrafo único:** A sociedade reger-se-á pelo disposto nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

### **CLÁUSULA XIII - CONSELHO FISCAL**

A sociedade poderá instituir o Conselho Fiscal quando melhor lhe convier.

### **CLÁUSULA XIV - ADMINISTRADORES**

A sociedade poderá eleger um ou mais administradores, não sócios, sendo que a designação dos mesmos dependerá de aprovação de dois terços do capital social integralizado.



#### **CLÁUSULA XV - DA AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS**

Os sócios/administradores declaram, expressamente, que estão excluídos dos impedimentos previstos no § 1º. do artigo 1.011, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

#### **CLÁUSULA XVI - DOS CASOS OMISSOS**

Na impossibilidade de composição amigável, para resolução dos casos omissos serão aplicadas, supletivamente, as normas previstas na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).

#### **CLÁUSULA XVII- DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, como único competente para apreciar ou dirimir quaisquer dúvidas surgidas com a interpretação do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e acordados, obrigam-se a fielmente cumprir, em todos os seus termos, as cláusulas e condições caracterizadas no corpo desse instrumento, que assinam em 1 (uma) via digitalmente de um só teor e forma, para que valha na melhor forma do direito.

Belo Horizonte, 06 de Outubro de 2021.

**JOSE CARLOS ANTUNES**

**LUCIANA PAULA MAIA ESPINDOLA ANTUNES**







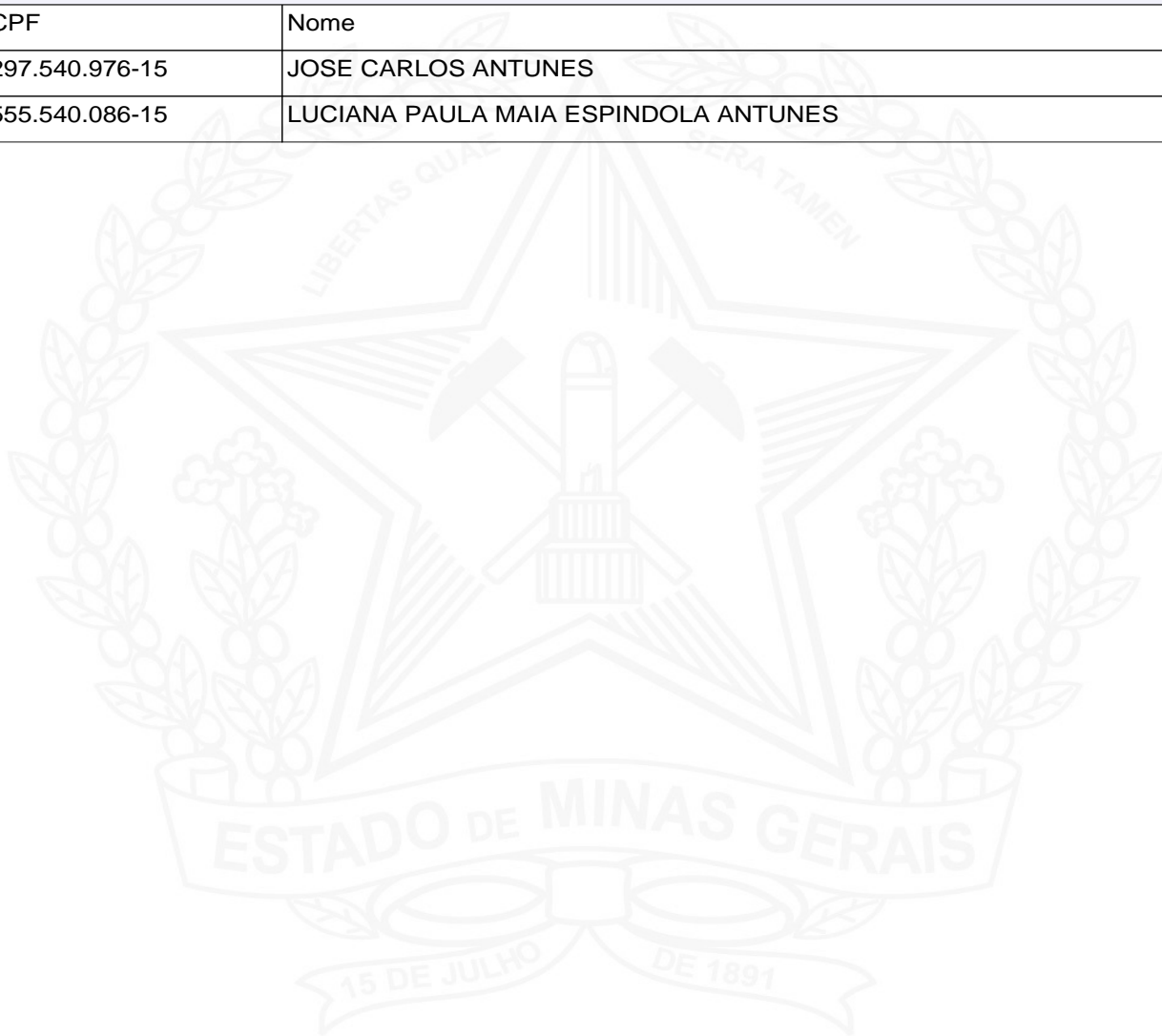
# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/721.924-1	MGP2100875949	07/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
297.540.976-15	JOSE CARLOS ANTUNES
555.540.086-15	LUCIANA PAULA MAIA ESPINDOLA ANTUNES







## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MICROSUPPLY LTDA, de NIRE 3120562191-6 e protocolado sob o número 21/721.924-1 em 08/10/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8844659, em 13/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
297.540.976-15	JOSE CARLOS ANTUNES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
297.540.976-15	JOSE CARLOS ANTUNES
555.540.086-15	LUCIANA PAULA MAIA ESPINDOLA ANTUNES

Belo Horizonte, quarta-feira, 13 de outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz, Servidor(a) Público(a), em 13/10/2021, às 11:07 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/721.924-1.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 13 de outubro de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8844659 em 13/10/2021 da Empresa MICROSUPPLY LTDA, Nire 31205621916 e protocolo 217219241 - 08/10/2021. Autenticação: 7A93892AC7C6BAEB19AF7CD8D781C904D2A9537. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/721.924-1 e o código de segurança EQWd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL